

F L A S H ! 07 : P R Á X I S

Reflexões sobre experiência e ação

Juliana Trujillo

Pesquisa de Doutorado “Dimensões híbridas do espaço público: da cidade participativa à cidade colaborativa”.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Tramontano

17 de outubro de 2017

A premissa da pesquisa é de que as metodologias clássicas para processos de projetos urbanos, que consideram a participação da população, estão defasadas ou não alcançam os objetivos de maneira profícua. Entrevista estruturada, mapa mental, levantamento sobre o perfil social, avaliação pós-ocupação entre outros não revelam os modos de vida e a expressão de uma comunidade com profundidade. Os “dados” obtidos a partir desses procedimentos metodológicos revertem-se em números para justificar o caminho projetual que o arquiteto e urbanista percorre. Essa estrutura hierárquica com controle do tipo *top-down* é ultrapassada (OOSTERHUIS apud ALVES, 2013).

Partindo desse princípio, verifica-se duas questões principais: a primeira refere-se às metodologias. Busca-se metodologias em que a população, como participante, tenha um papel de igualdade em relação aos outros atores que atuam no processo; que favoreçam o engajamento do participante no processo para que a compreensão dos modos de vida seja mais aprofundada, que os conflitos e potencialidades da comunidade tornem-se mais evidentes. Precisamos pensar numa estrutura onde todos são atores (LATOURETTE, 2012) e têm autorização para modificar coisas, apresentar métodos, onde pode, em um momento, ser líder e em outro momento, ser liderado.

A segunda questão é sobre a forma de participação da população. Em processos participativos normalmente a população se envolve em um determinado momento do processo, como uma consulta pontual. Entende-se, a partir de uma postura transdisciplinar, que a população deva participar do processo como um todo, desde o início até as tomadas de decisão.

Nesse sentido, a pesquisa toma a práxis como um elemento estruturante, essencial para responder às questões da pesquisa e imprescindível quando se trata de participação comunitária.

Contudo, é preciso entender o que significa a prática em uma pesquisa, para que ela serve e o que pode revelar. Para tanto, partiu-se de dois conceitos que se relacionam mas mantêm suas especificidades dentro do entendimento de práxis: a experiência e a ação.

A experiência refere-se ao momento vivido, à experiência do presente, aquilo que está relacionado à esfera da vida e que é passível de ser aprendido e incorporado, o que transforma. Parte da fenomenologia de Edmund Husserl onde todo o saber se fundamenta em um mundo prévio de experiências vividas e situa-se em um “horizonte de experiências” (HUSSERL apud MONTANER, 2017) e da fenomenologia da percepção de Merleau-Ponty, que tem base em uma série de princípios, como o de que “o homem está no mundo, é no mundo que ele se conhece”, de que “o mundo é aquilo que nós percebemos”, de que “o mundo não é o que penso, e sim o que vivo” (MERLEAU-PONTY apud MONTANER, 2017). Portanto, a experiência é uma vivência internalizada no indivíduo e é, a partir do (re)conhecimento do mundo, que o indivíduo para a se comunicar, tomar decisões e agir.

Há um posicionamento mais contemporâneo vindo de autoras como María Garretas, Rosi Braidotti e María Zambrano, no qual deram outra interpretação à experiência enquanto um fenômeno compartilhado, superando a dualidade sujeito-objeto (MONTANER, 2017).

Nesse sentido, José Miguel Cortés observa que: “Nossa compreensão do espaço emerge da ação”. Além da intencionalidade da fenomenologia, é necessário desenvolver a ação no espaço (CORTÉS apud MONTANER, 2017).

Hanna Arendt propôs a ação como sendo a expressão máxima da vontade humana, a ação dá sentido à existência e impulsiona em direção ao social (ARENDR, 1958). Portanto, o essencial não é o protagonismo dos indivíduos, e sim das coletividades, das relações intersubjetivas no contexto; o que se propõe é uma arquitetura da *polis*, da política (MONTANER, 2017).

Toda essa ênfase na participação da população e na avaliação da arquitetura e urbanismo em relação ao seu funcionamento e à sua inserção no meio físico e social envolve uma nova lógica do projeto na qual, desde o início, devem ser levadas em conta as condições físicas e sociais do lugar.

Os exemplos de ação em arquitetura e urbanismo vem de coletivos de arquitetos, como por exemplo os espanhóis Basurama, Esta es Una Plaza e Ecosistema Urbano, este último uma equipe das mais consolidadas por sua capacidade técnica e seus princípios de coletividade no urbanismo.

Todos esses coletivos espanhóis possuem vários pontos em comum: atuam por meio de uma rede de colaboradores, exploram as ferramentas de um sistema de comunicação global, utilizam um novo vocabulário, baseiam-se em informações obtidas através da experiência que mapeiam e registram, defendem e praticam a participação em um projeto de construção social tomando como referência os projetos das pessoas, têm a ecologia como seu maior referencial e a maioria deles desenvolve um trabalho coletivo onde a ideia de autoria é ofuscada (MONTANER, 2017).

Entende-se que é necessária uma atualização das metodologias nos processos de projeto urbano de acordo com a sociedade contemporânea, enriquecida pelas exigências do projeto participativo, por novas relações entre o público e o privado, pela arquitetura entendida como um processo aberto, interpretada como um sistema complexo.

ALVES, G. Entrevista com Kas Oosterhuis: Conversa sobre o Hyperbody, arquitetura interativa, design paramétrico e processos de projeto e de produção contemporâneos. Entrevista, São Paulo, ano 14, n. 054.01, Vitruvius, maio 2013 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/14.054/4758>>.

ARENDR, H. A condição humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007 [1958].

LATOUR, B. Reagregando o social: uma introdução à teoria de Ator-Rede. Salvador: EDUFBA, 2012; Bauru: EDUSC, 2012.

MONTANER, J. M. Do diagrama às experiências, rumo a uma arquitetura de ação. São Paulo: Gustavo Gili, 2017.